

O Valor da Eugenia: Eugenia e Higienismo no Discurso Médico Paranaense no Início do Século XX¹

Dones C. Jans Jr.

Resumo: A eugenia foi um movimento científico e social que se fortaleceu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, estando presente nos círculos científicos de todo o mundo. Baseada nas então novas descobertas da genética e usada como instrumento para se atingir o objetivo da “raça pura superior”, foi tratada pelos historiadores por muito tempo como movimento homogêneo, centrado na Europa e Estados Unidos. Entretanto, mais recentemente, em meio ao crescente interesse pelos avanços da genética, novas abordagens e estudos sobre o tema têm sido feitos, demonstrando a importância e a peculiaridade da eugenia em países da América Latina, como o Brasil. No nosso país podemos perceber que nas primeiras décadas do século XX, a utilização da dupla “higiene-eugenia” como promotora da saúde e do bem-estar da população também possuiu caráter privilegiado, sendo que o estado do Paraná não ficou imune a esse processo. Assim como no restante do país, no Paraná, a construção da sociedade republicana motivou a busca, por parte da elite dirigente, pela transformação do estado em um lugar moderno, progressista e civilizado aos moldes europeus. E a classe médica, como integrante da intelectualidade, se auto-delegou o papel de higienizadora da sociedade, utilizando-se das páginas das revistas médicas como locais de divulgação de seus ideais. Nesse contexto, os médicos higienistas tornaram-se protagonistas do processo, ficando notória a disseminação de um discurso construído com elementos eugênicos e higienistas que tinham como destino a melhoria da sociedade. Nesse sentido, a proposta desse trabalho é fazer uma reflexão sobre como esse movimento foi absorvido e ressignificado por esses profissionais da saúde, mais especificamente nos círculos científicos paranaenses, onde influenciou o conteúdo de uma das principais publicações médicas do estado do Paraná, a *Revista Médica do Paraná*. A opção pela *Revista Médica do Paraná* justifica-se por se constituir como uma série coerente, a qual possibilita um recorte histórico acessível para estudo, e que reflete o pensamento da intelectualidade médica paranaense sobre a eugenia durante o contexto referido. Analisando características na estruturação e no discurso médico presentes na publicação referentes à eugenia e suas ramificações, pretende-se demonstrar a particularidade que as práticas eugenistas assumiram no discurso médico paranaense e brasileiro na década de 1930 elencando permanências e rupturas frente ao debate travado em escala mundial. Por fim, a partir desse estudo, buscamos contribuir com os debates contemporâneos referentes à raça, ética, saúde e uso da ciência como instrumento de controle social no nosso país.

Palavras-chave: Eugenia, Higiene, Médicos, Revista Médica do Paraná.

Introdução

Curitiba, abril de 1932 (grifo nosso):

Convidado pela “Rádio Clube Paranaense” para inaugurarmos uma série de preleções destinadas a difundir conhecimentos de higiene, indispensáveis à boa saúde e a resistência física, ficamos perplexos quanto a escolha, dentro desse setor, do assunto que mais poderia interessar e beneficiar a sociedade. Não nos podendo furtar a convite tão honroso, e de alcance filantrópico tão nobre, aceitamos e pedindo que designassem o tema sobre o qual devíamos discorrer, responderam-nos: “O VALOR DA EUGENIA ou DO AR PURO COMO FATOR HIGIÊNICO”.

Sendo a eugenia a ciência que trata do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana – eugenizar é educar, instruir, fortificar e sanear. Ora, o ar puro sendo um elemento indispensável à salubridade pública e à robustez do indivíduo não pode deixar de ser fator eugênico de primeira ordem e o é incontestavelmente.²

Nas primeiras décadas do século XX, a utilização da dupla “higiene-eugenia” como promotoras da saúde no Brasil possuiu caráter privilegiado. O novo panorama urbano dos grandes centros brasileiros, marcado nesse início de século pelo rápido crescimento e aumento populacional marcante³, criou uma demanda por soluções de caráter higiênico que permitissem um novo encaminhamento para as questões urbanas e sociais.

Inseridos nesse contexto ideológico, muitos intelectuais se engajaram ao novo modelo de promoção de saúde do país, colocando em evidência agentes sociais como os médicos-higienistas e os professores. O Paraná não ficou imune a esse processo, sendo que a crescente urbanização e o rápido aumento populacional ocorridos em Curitiba no início do século (WACHOWICZ, 2010) modificaram o cenário urbano de forma que se fazia necessária a divulgação de novos conhecimentos referentes à higiene, no intuito de auxiliar a população no combate à disseminação de doenças e de colaborar na sua educação.

Nesse contexto, os médicos higienistas tornaram-se protagonistas do processo, ficando notória a disseminação de um discurso construído com elementos eugênicos e higienistas que tinham como destino a melhoria da sociedade. Pode-se dizer que a classe médica se auto-delegou o papel de higienizadora da população, utilizando-se de diversos meios para a divulgação de seus ideais (LAROCCA, 2009). A adoção de práticas que atingissem um público maior passou a ser comum e a utilização das páginas das revistas médicas como instrumento para esse fim, como no trecho acima destacado, tornou-se usual.

Assumindo esse papel, o médico João Cândido Ferreira, autor do texto supracitado, mostra-se orgulhoso com a possibilidade de disseminar seus conhecimentos ao público, colocando a higiene como tema preponderante para o benefício da sociedade naquele momento. Suas palavras também permitem perceber a influência da eugenia no discurso médico, tida nesse contexto como a ciência que oportunizaria o aperfeiçoamento da sociedade.

Mas, talvez, o fator mais importante desse relato é a definição de eugenia feita por João Cândido. Nas suas palavras, “eugenizar é educar, instruir, fortificar, sanear”, o que consiste em um paradoxo frente ao significado original do termo, uma vez que, na sua gênese, referia-se a características hereditárias imunes a “alterações provocadas por influências externas” (STEPAN, 2005, p. 32). Mas porque essa diferença em relação ao programa eugenista inicial que privilegiava o controle direto da reprodução humana, seja por meio de casamentos criteriosos durante gerações consecutivas, como pregava seu pai, Francis Galton, seja por métodos mais violentos como nos casos de utilização da eugenia negativa norte-americana, baseada, sobretudo, na esterilização compulsória? (BLACK, 2003). Antes de respondermos a tal questão, façamos uma breve explanação sobre a origem da eugenia.

A Origem da Eugenia

O preconceito pautado na diferença física entre os indivíduos e o ódio grupal são fenômenos sociais que estiveram presentes em praticamente todas as culturas durante a história da humanidade. No entanto, será essencialmente a partir do século XIX que a crença em diferenças inatas existentes entre os homens receberá a chancela do pensamento científico, racionalizando dessa maneira, inúmeras ações controladoras sobre os homens considerados indesejados, degenerados ou inúteis. A peculiaridade desse século nessa questão é o advento do conhecimento biológico como forma de dominação das populações, o chamado biopoder, técnica de disciplinarização e controle dos indivíduos (FOUCAULT, 1979).

Percebe-se nesse momento uma reorientação por parte dos intelectuais que buscam agora hierarquizar a sociedade, num contraponto à visão igualitária preponderante do século anterior. O termo raça é então inserido pela primeira vez por Georges Cuvier (SCHWARCZ, 1993, p.47), inaugurando a ideia da existência de características físicas e morais peculiares a cada agrupamento humano. Aparecendo de forma crescente nos trabalhos científicos, o termo se difundiu e baseou inúmeras análises e reflexões em busca das origens dos problemas sociais que assolavam a humanidade.

A partir desse momento histórico do Ocidente um intenso debate sobre a necessidade da existência de seres humanos considerados “menos valiosos” foi travado. A convicção que as doenças comuns aos mais pobres como a tuberculose, a sífilis e o alcoolismo eram hereditárias, completava o quadro de pavor com a decadência social e com ela surgia à necessidade de uma solução científica.

Completando esse quadro, as questões referentes à concorrência e à seleção natural vieram à tona influenciadas pelas descobertas do naturalista britânico Charles Robert Darwin, relatadas no livro lançado em 1859 e intitulado *A origem das espécies*. As teorias presentes em seus trabalhos passaram a constituir uma espécie de paradigma da época que inspirou biólogos, antropólogos e os mais diversos profissionais que tentavam explicar a natureza humana e a sociedade (DIWAN, 2007). Pode-se perceber o significado de suas teorias nas palavras de Hofstadter (1975):

[...] se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formas de pensar e crer... O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais - Antropologia, Sociologia, História, Teoria Política e Economia - formou uma geração social-darwinista” (apud SCHWARCZ, 1993, p. 55).

Nesse contexto, tal forma determinista de se pensar a sociedade ganhou fôlego e importância. O chamado “darwinismo social” enxergava a miscigenação entre as raças de forma extremamente pessimista ao alegar que esse processo seria responsável pela degeneração física, moral e social das raças puras mais elevadas. Assim, os pensadores que se filiaram ao modelo passaram a exaltar a busca pela manutenção de uma raça pura superior como chave para o progresso.

O novo evolucionismo surgido de variados trabalhos, especialmente o de Darwin, formou o amálgama necessário para a ascensão de uma ciência que buscava provar que as aptidões humanas seriam frutos da genética, não da educação. Agrupadas de uma nova maneira, os seguintes pressupostos formariam o cerne desse novo conhecimento: “a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural” (STEPAN, 2005, p. 30).

É nesse momento que surge então a figura que se tornaria conhecida como o principal pensador por trás dessa nova ideologia que buscou melhorar a raça humana através da lógica

da ciência e da matemática: seu nome é Francis Galton. Após ler a obra de Darwin, o matemático inglês estudou biografias de homens destacados socialmente, tais como eruditos, poetas e artistas e percebeu que muitos possuíam uma linhagem comum. Analisando sua ancestralidade, por seu parentesco com Charles Darwin⁴, concluiu que a genialidade não seria uma característica acidental e sim, algo transmitido de forma hereditária.

Em 1883, ao publicar a obra *Inquiries into Human Faculty and Development* (Inquirições sobre a aptidão e o desenvolvimento humano), Galton se deparou com a falta de uma nomenclatura para sua nova ciência. A resposta para essa busca viria da soma de dois termos gregos, que significam “bem nascido” e dariam o título final dessa recém nascida forma de pensar o homem e a sociedade. A palavra cunhada era *eugenia*. O peso do novo termo e das conseqüências a ele ligadas foi assim sintetizado por Black (2003, p. 60):

Num rasgo de estilo, Galton inventou um termo que iria atormentar seus contemporâneos, inspirar seus discípulos, obcecar seus futuros seguidores e atravessar o século XX como a lâmina de uma espada. Os melhores e também os mais perversos adotariam o novo termo como seu mantra inspirador. Famílias seriam estraçalhadas, gerações seriam eliminadas, povos quase inteiros seriam exterminados – tudo em nome do termo de Galton.

Por meio dos seus estudos Galton chegou à conclusão de que era possível determinar a quantidade de material genético (ou plasma germinativo) que era herdado dos ancestrais de cada pessoa. Os caracteres adquiridos, em sua opinião, não estavam circunscritos a detalhes físicos, mas também englobavam qualidades como o intelecto, o talento e a personalidade. Sugeriu ainda que o cruzamento entre boas e más linhagens não refletiria a melhora das características; o aperfeiçoamento da raça estaria ligado então ao controle da miscigenação. O cruzamento desejado seria entre pessoas “bem-nascidas” e o contrário deveria ser controlado e desestimulado.

Seu próximo livro, *Natural Inheritance* (Herança Natural) de 1889, visava prever através de cálculos matemáticos a quantidade desse plasma germinativo na composição genética dos indivíduos. Tais conclusões “exatas” permitiram ao cientista concluir categoricamente que uma boa linhagem não melhorava um sangue defeituoso e, além disso, a mistura de dois sangues defeituosos promovia uma degradação crescente nos seus descendentes (BLACK, 2003, p. 63).

Assim, utilizando-se da credibilidade da matemática em consonância com explicações biológicas, Galton levantou a bandeira do controle sobre os casamentos como forma de impedir a procriação de famílias responsáveis por filhos que certamente incluiriam degenerados. Nessa época, o conhecimento sobre o mecanismo de transmissão de características hereditárias ainda era pequeno, pode-se dizer até mesmo que era embrionário. As descobertas de Gregor Johann Mendel⁵ em seus estudos sobre o cruzamento entre ervilhas, que no futuro serviriam de base para a genética contemporânea ainda engatinhavam e não empolgavam Galton e seus seguidores.

Contando com resultados científicos que pouco legitimavam suas convicções e assistindo o tempo passar sem alcançar a tão almejada cientificidade das suas teorias, ele chegou a apelar então para um embasamento da eugenia na fé. Modificando seu discurso, Galton passou a afirmar que o casamento eugenista deveria passar a ser “estritamente imposto como um dever religioso [...]” (BLACK, 2003, p. 78-79).

Frustrado, Francis Galton morreria em janeiro de 1911 sem conseguir implantar políticas públicas que regessem os casamentos na Inglaterra, mas seu legado ideológico ressignificado pelas mais diversas sociedades humanas ainda perseveraria por muito tempo. O movimento sócio-político e científico chamado eugenia influenciaria uma geração de intelectuais e cientistas pela busca da constituição de uma raça pura, em detrimento das

miscigenações indesejáveis que poderiam colocar em risco o progresso da sociedade. Ao seguir tais pressupostos o movimento eugênico motivou uma administração científica da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma aberta seleção sócio-racial (STEPAN, 2005).

Mas, no Brasil, país internamente marcado por uma série de dicotomias – havia uma pequena elite “civilizada contraposta a uma população pobre, ignorante, bárbara” (NAXARA, 1998, p. 42) - e dono de um peculiar cenário sócio-cultural, como tais ideias repercutiram? Como ocorreu a absorção e a aplicação dos pressupostos de uma ciência que priorizava o “sangue puro nórdico” como alternativa à degeneração, num país caracterizado desde o início de sua colonização, sobretudo, pela mistura de diferentes cepas étnicas?

O Contexto Brasileiro e a Eugenia

Deve-se ressaltar antes de tudo que desde o deslocamento da coroa portuguesa de Portugal para o Rio de Janeiro em 1808, as questões relacionadas à raça foram foco de debate e de preocupação por parte da elite luso-brasileira. A miscigenação era vista com receio e descrita pelos olhos dos cientistas estrangeiros como inegável sinal de atraso e degeneração tropical (STEPAN, 2005; DIWAN, 2007).

Além disso, o progresso e a evolução, as duas categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades no momento, não ajudavam em nada a percepção do país. Na divisão entre sociedades adiantadas e povos atrasados, o Brasil estava inserido no segundo escalão. Naquele contexto, “a humanidade caminhava de forma inelutável em direção ao progresso e o Brasil, ou grande parcela dos brasileiros, era visto como não tendo condições de caminhar ao seu lado” (NAXARA, 1998). Assim, o campo para o cultivo e a proliferação de modelos que combatessem essa realidade era fecundo.

As teorias raciais tornaram-se paradigma de grande sucesso no Velho Continente em meados do século XIX, alcançando o Brasil mais tardiamente. Contudo, foi uma recepção entusiasmada, sobretudo, no reduzido número de estabelecimentos de ensino e pesquisa do país. O questionamento da formação étnica brasileira e a busca de uma identidade nacional despertaram o interesse desses estudiosos, que passaram a analisar a questão racial sob diferentes prismas, sendo o negro e o mulato vistos como representantes de uma raça inferior, e a miscigenação o alvo central dos debates (CARNEIRO, 2001. p. 47).

Ponto chave para entendermos o contexto referido é a derrocada da escravidão iniciada pela Lei do Ventre Livre de 1871, que ajudara a construir um clima de tensão ao solapar um regime secular de relações sociais. A partir desse momento começa também a busca pela substituição da mão de obra escrava, refletida nas experimentações com a vinda da mão de obra estrangeira, em especial de europeus então considerados como os melhores substitutos diante do iminente final da escravidão, a qual ocorreria definitivamente em 1888.

Apesar da abolição, “na Constituição de 1891 prevalece o compartilhamento de valores que negam a igualdade entre os homens. Terrível herança de uma sociedade escravocrata, que ainda hoje marca, de forma profunda, a sociedade brasileira” (RESENDE, 2006, p. 99-100). Vale lembrar também que o incentivo à imigração trazia consigo a vontade de iniciar uma reforma racial no país, uma busca pelo branqueamento da nação.⁶ No viés político, pensando pelo prisma das elites brancas, “o espectro dos recém-libertos votando torna-se para elas um presságio de caos social” (RESENDE, 2006, p. 100) que deveria, portanto, ser combatido.

Outro fator importante de mudança nesse contexto é o processo de transição política que culmina em 1889 com a proclamação da República, faminta pela construção de um novo

país, moderno, progressista e livre da sombra do Império. A Europa serviria mais uma vez de inspiração, afinal, independentemente dos objetivos almejados pela elite nacional, “a imitação de modelos derivados do Ocidente, era o caminho necessário e indispensável para atingi-los” (HOBSBAWN, 1995, p. 202) A sensação de mudança radical nos caminhos da humanidade que chegaram até o país é expressa na historiografia, como podemos perceber nesse trecho escrito por Silvio Romero (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 27):

De repente um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as cousas se mostrou e o sofrismo do Império aparece com toda a sua nitidez... Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atrazo era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçava entre nós de todos os pontos do horizonte.

As palavras do autor refletem as inúmeras transformações ocorridas nesse espaço de tempo entre o século XIX e o início do XX, que levariam as pessoas como Romero a mudarem sua percepção de tempo e da História, agora muito mais acelerada, característica que segundo Koselleck (2006), está implícita no que chamamos de modernidade. Koselleck afirma que nesse momento ocorre uma temporalização da História, fenômeno que traz consigo um entendimento linear do processo histórico, pautado na evolução e que engloba toda a humanidade. Um novo horizonte de expectativa se origina a partir da ação política, no qual o único caminho possível é o da marcha inexorável do progresso que levaria a humanidade ao seu ápice de desenvolvimento.

Entretanto, “o problema dessa concepção evolucionista e linear da história reside em tratar diferenças como se fossem desigualdades” (NEVES, 2003, p. 23). Nessa forma de pensamento, o Brasil estaria em posição pouco confortável na escala gradual da evolução se comparado aos países progressistas e modernos da Europa. Mas, como um véu que obscurece a visão, o afoito desejo pelo progresso que cegava alguns dos nossos pensadores levou-os a incorporar esse modelo de pensamento, como salienta Neves (2003, p. 24):

A ideologia do progresso, no entanto, impedia a percepção dessa diferença fundamental e de algumas das decorrências menos edificantes do espírito do tempo, tais como o etnocentrismo, o desrespeito aos valores das diversas culturas, a injusta distribuição das riquezas entre os Estados e no interior deles, a prepotência, a violência e a exploração.

De forma peculiar, os brasileiros buscavam aplicar as ideias liberais e de progresso originárias do avanço econômico, urbano e industrial no velho continente, num contexto social peculiar que não era muito diferente do qual viveram seus antepassados, além de assimilar os preceitos da desigualdade forjados pelos europeus. Pode-se somar ainda a tais mudanças a crescente adesão brasileira ao sistema capitalista mundial, numa posição coadjuvante e basicamente de fornecedor de matéria-prima. As consequências desse momento agitado são assim descritos por Stepan (2005, p. 46-47):

Um desenvolvimento distorcido e “dependente” cujas manifestações sociais foram pobreza, distúrbios sociais e, no mais das vezes, crescimento, em vez de decréscimo das desigualdades, especialmente para os segmentos negro e mulato da população. O Brasil entrou no século XX como uma sociedade altamente estratificada, tanto social quanto racialmente – uma sociedade que, apesar de apresentar-se formalmente como república liberal, era informalmente governada por uma pequena elite, em sua maioria branca... uma sociedade em que a maioria das pessoas era negra ou mulata e analfabeta.

No entanto, para entendermos melhor esse complexo panorama, nos falta ainda um último ponto de reflexão: afinal, como estava constituído o campo científico brasileiro no fim do XIX e início do XX? Possuindo como horizonte a construção de uma nação moderna e a formação do povo brasileiro, o conhecimento científico e a educação da população eram vistos como instrumentos de realização desse sonho. A chegada das novas teorias

bacteriológicas⁷ no país coincidiu com as transformações sócio-políticas ocorridas e ajudou a incrementar o projeto de “redenção” nacional. Segundo Bertucci (2007, p. 146-147),

Nascida sob o lema da ordem e progresso, a república teve na ciência um dos pilares sob o qual o novo regime político buscou se organizar e legitimar. Instaurado em um período de proliferação das fábricas, de grande imigração europeia, incentivada pelo Estado para suprir fazendas de café e cidades de mão-de-obra, e, conseqüentemente, do crescimento dos principais centros urbanos do país, o governo republicano fez um grande investimento científico e educacional na tentativa de reordenar e conduzir o Brasil pelo caminho que, acreditavam muitos, transformaria o país em um das grandes nações do mundo.

A ciência passou a ser utilizada pelos pensadores brasileiros como princípio cabal para a almejada inserção do país no grupo das nações modernas e civilizadas. Tendo como embasamento inicial as obras produzidas na Europa e adicionalmente as escritas nos Estados Unidos da América, “eles abraçaram a ciência como uma forma de conhecimento progressista, uma alternativa para a visão religiosa da realidade e um meio de estabelecer uma nova forma de poder cultural” (STEPAN, 2005, p. 50).

Ao procurar a diferenciação das demais repúblicas latino-americanas vistas como “atrasadas” e a construção de uma nacionalidade própria, a elite brasileira se auto-proclamava como sendo uma sociedade moderna e científica, visão que se disseminava através dos jornais impressos, nos institutos educacionais e na literatura. Monica Velloso (2006, p. 356) indica que, em tal contexto:

[...] a nacionalidade passa a ser compreendida como matéria-prima, uma espécie de pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites intelectuais. Caberia a essas, portanto, a missão de revelar a nacionalidade organizá-la de acordo com os parâmetros científicos.

A partir da década de 1910 ocorreu ainda a exaltação de uma nova hipótese, que ganharia força e representaria um “impulso decisivo para o movimento sanitário⁸ nacional, que mobilizou grande parte da elite e da opinião pública brasileira [...]” (BERTUCCI, 2007, p. 147). Essa tese se baseava na crença de que através da educação e da saúde o brasileiro do interior (chamado caboclo ou caipira) poderia ser resgatado do precário destino traçado a partir da miscigenação e do clima nacional.

O trabalho pioneiro nessa questão será o relato da expedição científica ao Brasil central iniciada em 1912 e realizada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna. Tendendo à crítica às teses de determinismo racial em voga, esses profissionais afirmavam que a principal medida em busca de uma “nova população” seria o combate à ignorância que tomava conta do interior do Brasil (LIMA & HOCHMAN, 1996). Assim, “seriam os cuidados médicos dos problemas da saúde e a educação da população que colaborariam definitivamente para forjar o povo brasileiro” (BERTUCCI, 2007, p. 151).

Nesse contexto os médicos assumiram uma posição social destacada. Institucionalmente superior a outras profissões, a medicina acabou sendo o campo científico mais próximo aos problemas sociais da época, alcançando influência e poder. O desenvolvimento e surgimentos de novas técnicas e o conhecimento proporcionado pela moderna ciência experimental credenciaram os médicos a serem os principais responsáveis pelo combate às doenças do país.

Nos centros urbanos mais povoados como o Rio de Janeiro e São Paulo, a postura científicista se fez presente para a população a partir do momento em que foram colocados em prática os abrangentes programas de saneamento e higienização. “Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementando projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza” (SCHWARCZ, 1993, p. 34). Atuando de forma intensiva, confiantes em seu conhecimento

científico e “cientes de seus dotes profissionais, eles cumpriram o que imaginavam ser uma missão regeneradora nacional, exercendo cargos, desempenhando tarefas, ocupando posições estranhas à medicina [...]” (MOTA, 2003, p. 21). Atuando além do seu campo de conhecimento, os médicos veiculavam a certeza de poder acabar com as máculas da nação, colaborando em todo o conjunto administrativo e social do Brasil.

Assim, a partir da apresentação desses fatores, percebemos o contexto em que as ideias eugenistas ganharam força no país. No aspecto social, além da convulsão provocada pela abolição, havia a taxação do brasileiro como sendo um ser “feio, degenerado e atrasado”. No viés político, o advento da República e os modelos de pensamento que a norteavam, culminaram na obsessão pelo progresso e pela modernidade aos moldes europeus, enquanto “no que se refere aos direitos sociais, esses passam ao largo da Constituição de 1891” (RESENDE, 2006, p. 101), e continuarão inacessíveis por longo tempo. Na perspectiva econômica, o Brasil posicionava-se numa situação de coadjuvante, colhendo internamente pobreza e injustiça social. Para finalizar, esse complexo panorama ainda foi permeado pelo cientificismo, considerado como já visto, o grande redentor da humanidade e possuindo o médico como o seu principal ator no nosso país.

Nesse contexto, as novas modalidades de pensamento vindas da Europa como o positivismo, o darwinismo social, o evolucionismo e a busca incessante pelo progresso penetraram com ímpeto no país, repercutindo em um discurso científico evolucionista como modelo de análise da sociedade brasileira. As “classes perigosas” (negros, escravos, ex-escravos, trabalhadores, doentes e pobres) passavam a ser objetos da ciência e essas novas teorias explicativas serviriam agora para, além de explicar o atraso brasileiro frente à Europa e o mundo civilizado, determinar quem era diferente e inferior.

A Eugenia no Discurso Médico Paranaense

Desenvolvendo importante papel nessas discussões, os médicos paranaenses incluíram-se como divulgadores dessas novas premissas, indicando a educação da população e a higienização como o caminho para se alcançar o patamar do mundo moderno e civilizado. Afinal, não daria mais para confiar apenas no clima favorável do estado para manter a população paranaense saudável e viável. Objetivando a implementação dessas mudanças, os intelectuais proferiam discursos inundados de termos relacionados à educação e a higiene, nos quais a disciplinarização dos ambientes através das práticas “higiênico-eugenistas” era fator crucial. Analisando esse panorama, Larocca (2009, p.52) aponta que

As reformas urbanas, reordenação e controle do espaço, esforço para o enquadrinhamento e identificação das classes perigosas e definição de comportamentos saudáveis que objetivassem a redefinição da ordem social eram anseios típicos das primeiras décadas republicanas no território nacional, não ficando a dever no Paraná.

O perfil de profissional que era detentor de um saber exclusivo, distinto do restante da sociedade e encarregado de uma missão superior, atrelado ao aspecto redentor de uma população ignorante e frágil é nitidamente percebido em um dos discursos proferidos pelo médico Dermeval Gomes na ocasião da colação de grau da turma de médicos formada em 1932 pela UFPR e publicado na Revista Médica do Paraná. Segundo suas palavras (grifos nossos), “O médico interfere nos destinos de sua Pátria, com lições de higiene, com preceitos de moralidade e com autoridade incontestável dos conhecimentos científicos, que se presume possuir”.⁹

Reafirmando a necessidade dos médicos para a salvação de um país extremamente atrasado, o “doutor” elenca em seu discurso as dificuldades a serem superadas, as quais

seriam, “o analfabetismo do povo brasileiro, a decadência das instituições culturais, a ergostenia moral e mental e a indiferença da juventude”.¹⁰

A fala de Demerval indica alguns aspectos que norteavam as reflexões dos médicos naquele momento. Inicialmente remete ao analfabetismo da população que juntamente com a decadência das instituições estabelece o quadro de ignorância que vive o brasileiro. Quanto à “ignorância” afirmada nesse discurso, podemos entendê-la como o desconhecimento e não utilização dos saberes legitimados pela ciência, dentre eles as práticas de higiene.

Em segundo lugar, diagnosticado o problema central, o que surge como solução é a urgência em se educar a população sobre princípios morais e higiene, a fim de salvá-la de tal condição de abandono, responsável pelo atraso do país. Desse modo, Demerval evoca seus pares a modificarem positivamente os destinos da nação. Sobre esse aspecto, Ana Lúcia da Cruz e José Augusto Leandro (2006, p. 32) afirmam que “o reconhecimento do saber médico dependeu, em grande medida, do esforço desses profissionais no sentido de construir uma identidade que fosse socialmente reconhecida e aceita”.

Nesse contexto, os médicos pareciam poder intervir em todas as instâncias da vida em nome do objetivo maior, o eugenismo que se rotulava como científico e profilático. Logo, trabalhar a favor da higiene e da educação, resumia as medidas pelas quais o futuro progressista e livre das enfermidades triunfaria. De onde se encontravam até a “civilização”, seria então um pequeno passo.

Sendo assim, a abordagem feita pelo “Doutor” João Cândido referida anteriormente permite-nos afirmar que a eugenia não era apenas conhecida e utilizada pelos médicos paranaenses, mas também nos proporciona debater sobre a forma pela qual ela era vista como instrumento de saúde pública e de melhoramento físico e moral da população do estado. Ao distanciar-se do conceito original, para muitos médicos, a eugenia que propugnavam tornava-se distinta da praticada nos EUA e Europa, já bastante criticada nessa época. Recebendo diversos modificadores em seu nome, foi rebatizada de “eugenia preventiva”, “higiene eugênica”, entre outras nomenclaturas, mas, devemos ressaltar que “independente do nome, era uma eugenia que ligava um ambiente sanitário à saúde racial” (STEPAN, p. 92).

Podemos perceber com essa explanação que, utilizando o termo de forma ressignificada – mais “ameno” do que o original - muitos médicos paranaenses estiveram engajados na cruzada pela melhoria da sociedade e, conseqüentemente da nação, por meio de medidas de higiene e eugenia. Compartilhando seus ideais através de periódicos, eles influenciaram de forma significativa as práticas de saúde e educação do seu tempo, constituindo-se, dessa forma, em ferramenta importante para a melhor compreensão da história da eugenia e da saúde no nosso país no início do século passado.

Considerações Finais

O que procuramos demonstrar nesse trabalho é a presença das ideias eugenistas no nosso país, destacando esse processo no estado do Paraná por meio da análise de textos escritos por profissionais médicos e publicados pela Revista Médica do Paraná. Como já dito, a eugenia se revestiu de identidade própria nos locais onde foi utilizada e debatida. Respalhada por importantes nomes na Europa e EUA, a eugenia científica logo encontrou espaço nas reformas científicas da América Latina, sendo que também no Brasil e no Paraná, contou com simpatizantes e adversários e angariou características peculiares, o que diferencia o uso que dela foi feito em cada situação, pois, como salienta a historiadora da ciência Nancy Stepan (2005, p. 40),

As ideias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas. Assim, em lugares como a América Latina, temos de estudar a eugenia, não como páldio reflexo da eugenia de outras partes do mundo, algo talvez “mal entendido” ou “mal interpretado”, mas como algo enraizado na experiência cultural e na história da própria região.

Procurando responder a questão inicial, visualizamos que essa eugenia “brasileira”, como aponta a mesma Stepan (2005) e como relatado nessa pesquisa, foi marcada em grande parte pelo abrandamento das teses racistas de matriz anglo-saxônica em favor do saneamento e do combate das inúmeras doenças epidêmicas e endêmicas que assolavam o país.

Dessa forma, podemos afirmar que no Brasil novos princípios e medidas foram interpretados como integrantes das práticas consideradas eugênicas. O discurso médico indicava que, se a população fosse retirada de seu estado de ignorância, a partir da adoção de práticas higiênicas (que são ao mesmo tempo entendidas como eugênicas), as doenças diminuiriam e a raça sairia fortalecida.

Portanto, esse foi um momento no qual a eugenia foi celebrada por grande parcela da intelectualidade paranaense como a solução para os males que afligiam o estado e a nação. Por meio dela a medicina poderia combater eficazmente um sem número de patologias físicas e psicológicas, além de auxiliar na eliminação da pobreza extrema, da criminalidade e até mesmo do alcoolismo, revertendo a degeneração do povo brasileiro.

Referências:

BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, E. R., VARGAS, H. M., MARTÍN, P. S. (orgs). *La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946*. Ciudad do México: IG/UNAM, Instituto Mora, 2007.

BLACK, E. *A guerra contra os fracos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

CRUZ, A. L. B da; LEANDRO, J. A. Cidade, Ciência e Modernidade. IN: CHAVES, N. B. *Medicina em Ponta Grossa: histórias da associação médica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

DIWAN, P. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBSBAWN, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, R. *Futuro Presente: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

LAROCCA, L. M. *Higienizar, Cuidar e Civilizar: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)*. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LIMA, N. T. & HOCHMAN, G. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República*. In: CHOR MAIO, M. & SANTOS, R. V. (coord.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

Revista Médica do Paraná. Anno I, n. 5, abril 1932.

MOTA, A. *Quem é bom já nasce feito: sanitário e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NAXARA, M. R. C. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

NEVES, M. S. Os Cenários da República. *O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RESENDE, M. E. L. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STEPAN, N. L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VELLOSO, M. P. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

Notas

¹ Este artigo é parte integrante de pesquisa de mestrado sobre a temática da eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná.

² Revista Médica do Paraná. Anno I, n. 5, abril 1932, p. 201. O texto é uma transcrição da palestra originalmente proferida pelo médico João Cândido na Rádio Clube Paranaense em 22 de abril de 1932.

³ A população de São Paulo, por exemplo, pulou de apenas 129.409 habitantes em 1893 para 240 mil em 1900 – um aumento de quase 100 % em sete anos. Um pouco mais acima, na direção nordeste, a capital federal, o Rio de Janeiro, era nessa época uma cidade de quase 800 mil habitantes. Embora ambas as cidades tivessem passado por extensa remodelação “civilizadora”, [...] as endemias seguiam sem tratamento, as taxas de mortalidade eram altas e o padrão geral de habitação e saneamento dos pobres eram inacreditavelmente ruim. STEPAN, Nancy Leys. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (orgs). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 336.

⁴ Galton era filho de Samuel Tertius Galton (1783-1844) e Frances Ann V. Darwin (1783-1874); sua mãe era neta de Erasmus Darwin, que por sua vez era avô de Charles Darwin. Essa linhagem familiar nos permite visualizar o parentesco entre Galton e Darwin. Ver “Ancestry of Francis Galton”, <www.galton.org>.

⁵ Mendel tentou entrar na Universidade de Ciências Naturais, mas fracassou, optando então por se recolher a um mosteiro da ordem de São Agostinho em Brno, na Morávia. Lá fez um extenso trabalho sobre a hibridização das

plantas, utilizando ervilhas para os experimentos. Concluiu que poderia prever suas características (lisas ou enrugadas), dependendo de como ele as cruzasse. Após dez anos de intenso trabalho, as conclusões foram apresentadas a uma sociedade científica local, promovendo pouco impacto e atenção. Frustrado, Mendel permaneceu na obscuridade, vindo a falecer em 1884. Apenas em 1900, quando seu discípulo Willian Bateson anunciou “redescobrir” os resultados de seu trabalho, eles se difundiram pelo mundo científico. Nascia então a ciência chamada Genética.

⁶ Ideias que atrelavam o branqueamento da população com a criação de uma nação civilizada podem ser percebidas, pelo menos, desde o início dos debates sobre uma política imigratória para o Brasil, durante o século XIX. Cf. Schwarcz, 1993; Seyferth, 1996.

⁷ Para saber mais sobre as mudanças na medicina científica a partir de meados do século XIX e as transformações pasteurianas, ver, entre outros, Czeresnia, 1997.

⁸ O termo sanitarista representa o termo pelo qual os higienistas (na sua maioria médicos) passaram a ser chamados ao fazerem da política de saúde pública seu principal foco de atuação.

⁹ Revista Médica do Paraná. Anno I, n. 8. Outubro de 1932, p. 17.

¹⁰ Revista Médica do Paraná. Anno I, n. 8. Outubro de 1932, p. 17-18.